



SUMÁRIO

Prefácio	5
1. Introdução	19
2. Ética médica e a Sociedade do Risco - Sociedade do Risco, Medicina e a relação entre médico e paciente na modernidade reflexiva	35
2.1. Sociedade do risco: conceituação e características principais	35
2.1.1. Sociedade do risco e ciência	45
2. 2. A Medicina sob a perspectiva da sociedade do risco	50
2.2.1. Os avanços da Medicina na sociedade do risco e a crise do Direito Penal	58
3. A responsabilidade penal do médico e o Direito Constitucional Brasileiro	69
3.1. Estado Democrático de Direito e sistema aberto de Direito Penal	69
3.1.1. Conceito de sistema jurídico aberto e sociedade complexa	69
3.1.2. Estado Democrático de Direito	77
3.1.2.1. Direitos humanos e consenso	83
3.1.3. Agir comunicativo, missão do Direito Penal e bem jurídico penal	89
3.1.3.1. Missão do Direito Penal	89
3.1.3.2. Bem jurídico penal	96
3.2. Dignidade da pessoa humana e pluralismo político como fundamentos do Estado Democrático de Direito	99
3.2.1. Dignidade da pessoa humana	99

3.2.2. Pluralismo político	112
3.3. Os direitos individuais à vida, à liberdade, à intimidade e à privacidade	117
3.3.1. Direito à vida e integridade física e moral	121
3.3.2. Direito à liberdade	139
3.3.3. Direitos à intimidade e à privacidade	142
3.3.4. O direito social à saúde	148
4. Responsabilidade Penal do Médico e	
Imputação Objetiva	157
4. 1. Conceito de Imputação Objetiva	157
4.1.1. Relação de causalidade e conceito de imputação objetiva	159
4.1.2. Teoria da imputação objetiva: conceito e elementos	165
4.2. Risco Permitido: criação e incremento do risco	171
4.2.1. Criação, diminuição e incremento do risco	172
4.2.2. Limites do risco permitido e imputação objetiva	176
4.3. Limite do risco permitido na atividade médica	181
4.3.1. A <i>lex artis</i>	184
4.3.2. Outros critérios de ponderação que podem ser levados em conta pela Medicina da sociedade do risco	185
4.4. Consentimento e auto-colocação em risco da vítima	189
4.4.1. Auto-colocação em risco do paciente	189
4.4.2. Consentimento do paciente, tratamento médico e imputação jurídico-penal	194
4.4.2.1. O fundamento	196
4.4.2.2. Manifestação do consentimento e seus pressupostos de validade	198

4.4.2.2.1. Capacidade de compreensão e representação do consentimento	200
4.4.2.2.3. Dos vícios no consentimento	205
4.4.2.3. Limites do consentimento do paciente como causa legitimadora da conduta médica	207
5. Responsabilidade penal do médico na perspectiva da sociedade do risco	211
5.1. Aids	213
5.2. Tutela da vida e integridade física humanas	215
5.3. “Medicinas alternativas”	220
5.4. Objeção de consciência do médico	221
6. Conclusões	223
7. Bibliografia	229